

MAURO SOARES

A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS IGREJAS CRISTÃS

PINDAMONHANGABA

2021

MAURO SOARES

A INCLUSÃO DE SURDOS NAS IGREJAS CRISTÃS

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como parte dos requisitos para obtenção do Diploma de Bacharel pelo curso de Teologia do Centro Universitário Unifunvic.

Orientador: Professor Me. Ricardo Alexandre de Carvalho

PINDAMONHANGABA

2021

Soares, Mauro;

A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS IGREJAS CRISTÃS / Mauro / Pindamonhangaba-SP: UNIFUNVIC - Faculdade de Pindamonhangaba, 2018.
20f.

Monografia (Graduação em Teologia) FUNVIC-SP.
Orientador: Prof. Me.. Ricardo Alexandre de Carvalho.

1 Inclusão. 2 Surdos. 3 Igreja. | A inclusão dos surdos nas igrejas cristãs | José Carlos da Silva Santos

MAURO SOARES

A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS IGREJAS CRISTÃS

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como parte dos requisitos para obtenção do Diploma de Bacharel pelo curso de Teologia do Centro Universitário Unifunvic.

Orientador: Professor Me. Ricardo Alexandre de Carvalho

Data:

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me Ricardo Alexandre de Carvalho

Centro Universitário

UniFUNVIC Assinatura: _____

Prof.

Centro Universitário

UniFUNVIC Assinatura: _____

Prof.

Centro Universitário

UniFUNVIC Assinatura: _____

**Pindamonhangaba – SP
2021**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. PANORAMA HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA
3. BRASIL E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA
4. A IGREJA CRISTÃ E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA
5. MÉTODOS
6. CONCLUSÃO
7. REFERENCIAS

Este trabalho foi escrito na forma de artigo científico a ser submetida à revista de Ciências Humanas da FUNVIC / Fundação Universitária Vida Cristã, cujas normas estão em anexo.

*Dedico a família, esposa e filhos,
pelo suporte moral e
emocional*

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente que atendeu ao meu desejo de fazer uma graduação em Teologia, mesmo aos 63 anos, a todos os meus professores e todo o corpo docente da UNIFUNVIC que nessa altura da vida me permitiram ter noção da minha ignorância e de que a luta pelo saber é infinita na finitude da vida. E a família pela coparticipação no auxílio sempre que necessário.

A INCLUSÃO DOS SURDOS NAS IGREJAS CRISTÃS

THE INCLUSION OF THE DEAF IN THE CHRISTIAN CHURCHES

Ricardo Alexandre de Carvalho¹,

Mauro Soares²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo, analisar a inclusão dos surdos no ambiente religioso e levar as igrejas cristãs a refletir sobre assunto, com abordagem qualitativa por se tratar de questões, com revisão de literatura e basearam-se no processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimentos. Na Grécia e em Roma os surdos não eram considerados humanos, pois falar era consequência do pensamento, eles eram privados de direitos. Na idade média foram discriminados pela igreja, mas no final desta era o trabalho para educar as crianças surdas começa a surtir efeitos. No Brasil, a educação dos surdos deu-se no Segundo Império. Em 1857, foi criado o Instituto Nacional de Educação do Surdo, utilizando de início a língua de sinais francesa mesclado com sinais já utilizados em algumas regiões do Brasil mas posteriormente, devido ao Segundo congresso Internacional de Educação de Surdos ou Congresso de Milão optou-se pela oralidade. E proibiu o uso da língua de sinais. Na década de 70 chega ao Brasil a filosofia de comunicação total e em 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi aprovada pela lei nº 10436. As igrejas seriam os ambientes mais compreensivos para receber os portadores de necessidades especiais, pois todos os cristãos deveriam compreender as diferenças, como Jesus ensinou. A igreja foi a primeira instituição a promover a educação e inclusão dos surdos, com a formação de intérpretes, e as igrejas protestantes luteranas e batistas foram as que deram mais atenção e uma execução mais forte nas missões. Portanto, foi necessário um estudo mais profundo, para descobrir o motivo pelo qual os surdos sofrem tantas dificuldades no meio cristão.

Palavra-chave: Inclusão. Surdos. Igreja.

ABSTRACT

This article aims to analyze the inclusion of the deaf in the religious environment and lead the Christian churches to reflect on the subject, with a qualitative approach because it is about questions, with literature review and based on the process of search, analysis and description of a body of knowledge. In Greece and Rome the deaf were not considered human, because speaking was a consequence of thinking, they were deprived of rights. In the middle ages they were discriminated against by the church, but at the end of this era the work to educate deaf children begins to have an effect. In Brazil, the education of the deaf took place in the Second Empire. In 1857, the National Institute of Deaf Education was created, using at first the French sign language mixed with signs already used in some regions of Brazil, but later, due to the Second International Congress on Deaf Education or Congress of Milan, they opted for orality. And prohibited the use of sign language. In the 1970s the philosophy of total communication arrived in Brazil and on April 24, 2002, the Brazilian Sign Language was approved by law 10436. The churches would be the most understanding environments to receive people with special needs, because all Christians should understand the differences, as Jesus taught. The church was the first institution to promote the education and inclusion of the deaf, with the training of interpreters, and the Lutheran and Baptist Protestant churches were

¹Professor Mestre, curso de Teologia, UNIFUNVIC / Faculdade de Pindamonhangaba, SP.

²Aluno do Curso de Teologia, UNIFUNVIC / Faculdade de Pindamonhangaba, - SP

the ones that gave more attention and a stronger execution in the missions. Therefore, a deeper study was necessary to find out why the deaf suffer so many difficulties in the Christian environment

Key-words: Inclusion. Deaf. Church.

1. INTRODUÇÃO

Existe um público que talvez por não ouvir, por causa de deficiência auditiva conta com uma parcela muito pequena de adesão ao evangelho, e também pela característica dificuldade que encontram com a língua portuguesa, para efeito de escrita e leitura. Buscaremos então avaliar o problema e analisar alternativas que possam viabilizar a disseminação eficientemente da palavra de Deus entre essa população. A linguagem brasileira de sinais, libras, é o meio que se usa para comunicar com o surdo, mas como com qualquer língua esta tem sua própria gramática e estrutura e reflete uma cultura, a do surdo, que difere da do ouvinte.

Assim, o tema deste trabalho é a inclusão do sujeito surdo não somente na igreja, mas também e principalmente no reino de Deus, através do conhecimento das peculiaridades desta população, que segundo o censo de 2010 era de 9.800.000 no país, e desse apenas 1% são cristãos. Neste trabalho também consideramos a necessidade de uma Homilética voltada para o público surdo respeitando suas particularidades.

2. PANORAMA HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Primeiramente definir os termos surdez, povo surdo, comunidade surda e cultura surda e também um relato da surdez através da história. Para isso foram consultadas obras da escritora e professora Karine Strobel, surda e professora da Universidade Federal de Santa Catarina, O Clamor do Silêncio, de Dwight Ronzani, Livro de discipulado para surdos de Adoniran Melo.

De acordo com o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 2º:

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Segundo o dicionário Caldas Aulete, “palavra” é a faculdade que a espécie humana tem de exprimir suas ideias por meio da voz; Essa faculdade no entanto, não contempla algumas pessoas por razões já descritas, e isso torna a vida desses indivíduos mais difícil. E torna tão difícil que é capaz de lhes impor obstáculos para que recebam a Palavra de Deus, o evangelho, que segundo cremos veio a nós por Jesus Cristo para nossa salvação, e portanto se ele não a recebe, como se beneficiará da graça de Deus? Porque segundo as escrituras a fé vem por ouvir e o ouvir pela palavra de Deus. (Rm 10:17) Procurar entender o indivíduo surdo vai além de saber libras, antes de ser surdo, é uma pessoa humana como qualquer ouvinte, porém com características diferentes, ainda que componha uma minoria, sua vida para Deus tem tanto valor quanto qualquer vida humana, pois Deus não faz acepção de pessoas. (Lc 20,21; At 10:34; Rm 2:11; Gal.2:6; Ef 6:9)

A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos. Strobel, 2008b, p.42.

A história registra o Surdo e seu penoso caminho para ser incluído na sociedade como cidadão com os mesmos direitos. A bíblia registra o cuidado de Deus com o povo surdo em Levíticos capítulo 19 versículo quatorze: “Não amaldiçoarás ao surdo, nem porás tropeço diante do cego; mas temerás a teu Deus. Eu sou o Senhor.”

Desde a antiguidade, a população surda sofre com a incompreensão da sociedade por causa da sua natureza fora do padrão esperado, que é ser ouvinte. Quem não se enquadra tem problemas desde a antiguidade. Como vimos já Moisés por ordem de Deus escrevia as leis que o povo hebreu deveria observar e dentre estas leis Lv.19:14 citada acima protegia aqueles que não ouviam e também os cegos. No Egito os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social (Strobel, 2008b, p.82, grifos do original). Já na Grécia antiga eram considerados pessoas imprestáveis, incapazes de qualquer raciocínio, já que não ouviam nem falavam, pois não podiam contribuir para a sociedade, antes lhes era um peso. Eram as vezes abandonados para que morressem e muitas vezes condenados a morte e

lançados no rio aos cuidados dos deuses, se sobrevivessem eram feitos escravos. Não tinham direitos. Aristóteles considerava os surdos também mudos, e acreditava que a linguagem dava condição de humano para o indivíduo, sendo o surdo considerado não-humano se não tivesse a linguagem. Segundo Lilian Cristine Ribeiro Nascimento no seu livro UM POUCO MAIS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS, SEGUNDO FERDINAND BERTHIER. O professor francês Berthier disse: “Inicia a história na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado:” A infeliz criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar” (BERTHIER, 1984, p.165) Também em Roma sua vida não era das mais fáceis, também lá eram marginalizados na sociedade. Sêneca afirmava: “Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos afogamo-los, não devido ao ódio, mas a razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis”. Os Romanos consideravam os surdos imperfeitos, sem direito a cidadania. Não tinham o direito de celebrar contratos, elaborar testamentos e até de possuir propriedades ou reclamar heranças. Exceto aos surdos que conseguiam falar. (CARVALHO, 2007). Esse estado de coisas perdurou até a idade média, quando alguns nomes surgiram e trouxeram uma esperança de dias melhores para a gente surda. Essa esperança passava principalmente pelos caminhos da educação, que até então não era nem levado em conta, por se crer que os surdos eram pessoas inacessíveis e sem inteligência, e recebeu grande influência da igreja, que nesse momento comandava o destino das nações ocidentais. Alguns nomes ao longo da história se destacaram ao realizarem pesquisas para a comunicação e educação dos surdos:

John Beverley - 700 d.C. Arcebispo inglês, foi o primeiro a ensinar uma pessoa surda a falar, percebendo um rapaz surdo, se interessou pela sua esperteza e passou a ensinar-lhe a ler e escrever. Isso foi considerado um milagre de Deus. Logo as famílias foram percebendo a possibilidade de se ensinar as pessoas surdas e se interessaram em investir na sua educação, na verdade o interesse era torná-las aptas a serem reconhecidas pela lei e poderem ter direitos as heranças das famílias.

Fray de Melchor Yebra, de Madrid, escreveu o livro chamado “Refugium Infirmorum” ,que descreve e ilustra o alfabeto manual da época. 1613(Strobel 2009)

Pedro Ponce de León – (1520-1584) monge espanhol da ordem dos beneditinos, fora contratado para ensinar os filhos surdos de famílias abastadas, essas temiam perder suas riquezas porque a esse tempo na Europa as pessoas surdas eram privadas de qualquer direito e conseqüentemente não podiam receber heranças. Ponce de León recebeu dois irmãos no mosteiro para que fossem ensinados, no princípio tentou como era consenso na época, ensinar-lhes a falar, mas devidos às limitações do método da oralização, passou a ensinar-lhes a sinalização, obtendo melhores resultados. Fundou a primeira escola para surdos na Espanha, é considerado o “pai da educação dos surdos.”

Juan Pablo Monet (1579-1673) - padre, também espanhol, criou o alfabeto manual, após perceber que a escrita não recebia influência alguma da audição do que quer que fosse escrito. Sua percepção lhe levou ao estudo da troca das palavras por símbolos. Publicou o primeiro livro sobre educação dos surdos. Nesse livro fazia exposição do método oralista que empregava ”Redución de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos.” em 1620.

Thomas Braidwood (1715-1706) Fundou a primeira escola britânica para surdos em Edimburgo. Seu método consistia no ensino do significado das palavras e sua pronúncia com ênfase nas expressões orofacial.

Charles Michel de L’Epée (1712-1789) Clérigo francês dedicou sua vida a educação dos surdos pobres, fundou com recursos próprios a Institution Nationale des sourd-muets. Nestes anos o método preferido para a instrução de surdos era o oralismo, e por isso l’Epée foi muito criticado, por causa do uso do método de sinais. Começou a fazer uso deste método após observar duas irmãs conversando em um bairro da periferia de Paris, estas faziam uso de sinais que elas próprias criaram para conversa entre si. L’Epée adaptou regras gramaticais da língua francesa a esses sinais e acrescentou outros que criou e deu origem a Língua Francesa de Sinais da qual se originaram as Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a American Language Sign (ASL).

O alemão Samuel Heinicke adepto e defensor do método oralista com muitos seguidores na Europa criou a primeira escola de surdos em Leipzig, Alemanha, e foi o grande rival de l’Epée, com quem se correspondia.

Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) O Rev. Gallaudet no seu jardim observou que uma menina, Alice Gogswell, estava sozinha e não brincava com as crianças. E se incomodou com fato de não ter uma escola para crianças como ela nos Estados Unidos. Tentou com o pai

de Alice, Dr. Masson Fitch Gogswell, ensinar a menina. O Dr. Gogswell aventou então a possibilidade de criar esta escola para surdos.

O reverendo foi a Inglaterra conhecer os métodos de ensino para surdos. Foi a Watson' Asylum de Thomas Braidwood que abriu a primeira escola para surdos na Inglaterra, este ensinava o significado e a oralização das palavras, nesta época era corrente o costume de se guardar segredo sobre os métodos de ensino que seus criadores desenvolveram. Ele não conseguiu nada com Braidwood e assim seguiu para França, onde conseguiu contato com l'Epée e votou para os Estados Unidos com Laurent Clerc o melhor aluno da escola de l'Epée. Nos Estados Unidos fundaram a primeira escola para surdos o "Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de Pessoas Surdas e Mudas." Fato importante é que nessa escola a maioria do professorado dominava a linguagem de sinais, e alguns professores eram também surdos.

Ao longo da história, outros nomes se destacaram também nesta luta para tentar compreender o surdo e dar a ele o status de cidadão como qualquer outro. Girolamo Cardano (1501-1576), médico, matemático e filósofo italiano nascido em Pavia. Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que "...a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo." Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos. (Strobel,2009) Edward Gallaudet(1837-1917) que fundou a primeira Universidade dos Estados Unidos para surdos cuja primeira língua era a de sinais. Era filho do Reverendo Thomas Hopkins Gallaudet.. John Bullwer (1614-1684); Johan Konrad Ammon (1669-1724); Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780); Jean Marc Itard (1734-1738). Outros haverão que talvez injustamente não são lembrados, mas que deram sua contribuição para a causa e ajudaram as coisas a chegar ao estado que se encontram hoje.

Um acontecimento muito importante aconteceu no ano de 1880, o II Congresso de Milão, um congresso de educadores de "surdos-mudos", como se dizia na época, promovido pelo Pereira Society, entidade que defendia o oralismo, fora fundada por Jacob Rodrigues Pereire, ele mesmo defensor do oralismo puro. Este congresso teve a participação de 164 delegados, 56 oralistas franceses e 66 oralistas italianos, ou seja, 74% de oralistas, todos ouvintes, somente Estados Unidos e Grã-Bretanha eram defensores do gestualismo.

Assim a questão já estava vencida. Somente 2 surdos foram convidados, mas impedidos de votar. Os ouvintes decidiram o que era melhor para os surdos! Foram votadas 8 resoluções, mas as mais importantes foram as que determinaram que a partir de agora deveria ser adotado o método oralista na educação dos surdos, e pior, proibiram o uso do método gestualista no ensino e até o uso pelos surdos da sinalização como meio de comunicação. Foi um atraso que viria a se refletir nos próximos 100 anos!

3. BRASIL E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

No Brasil, a educação dos surdos deu-se no segundo império, pois o Imperador Dom Pedro II, tinha um neto surdo que era filho da Princesa Isabel com o Conde D'eu, que era parcialmente surdo. O professor francês Hernest Huet, que também era surdo, em 1855 a pedido do Imperador inicia o trabalho com duas crianças. Em 1857, foi criado o Instituto Nacional de Educação do Surdo, utilizando de início a língua de sinais, e posteriormente devido ao congresso de Milão optou-se pela oralidade.

Na década de 70, chega ao Brasil a filosofia da comunicação total, e em 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais é aprovada com a lei nº 10.436, como meio de comunicação com os surdos, sendo que a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como a língua materna para os surdos.

Segundo o censo (2012), 23,9% da população total do Brasil tem algum tipo de deficiência e desse total 5,10% são de pessoas com deficiências auditivas. Embora um número pequeno, é importante atentar-se para este tipo de deficiência. Observar a tabela abaixo que exemplifica o número de pessoas com deficiência no Brasil.

Idade	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência Motora	Deficiência intelectual
0 a 14 anos	5,3%	1,3%	1%	0,9%
15 a 64 anos	20,1%	4,2%	5,7%	1,4%
Acima de 65 anos	49,8%	25,6%	38,3%	2,9%

(Fonte: Cartilha do Censo 2010)

Segundo Ferreira (2012) a melhor maneira de comunicação com as pessoas surdas é através da língua de sinais (Libras), mas isso nem sempre é possível e, segundo o relato da Psicóloga Ana Maria Amoroso, os surdos são bem pacientes em entender quando as pessoas tentam comunicar-se através de gestos e expressões, ela relata que o corpo fala.

A autora cita sete maneiras diferentes de comunicação além da Libras, uma vez que nem todos os lugares são adaptados para essa linguagem.

- Falar de frente: Como a percepção visual é mais aguçada nos surdos o fato de falar de frente para ele, auxiliará na percepção do movimento da boca e corpo e facilitará a comunicação.

- Fazer frases curtas: Com o surdo as palavras não precisam ser muito complexas para o entendimento, pois não há conjunções e, nesse caso, as frases curtas são a melhor forma de comunicação para os surdos.

- Ser expressivo: O surdo consegue compreender melhor através dos gestos e expressões, neste caso, é bom expressar-se com sorrisos, gestos, acenos entre outros.

- Não alterar o tom de voz: Não adianta gritar com o surdo, pois não ouvirá, e essa expressão parecerá que a pessoa está brava, consequentemente assustará e oprimirá a pessoa surda, é importante ser sereno, para que ele tenha um melhor entendimento.

- Tentar a comunicação escrita: Quando estiver difícil a comunicação verbal, comunicar-se através de desenhos, símbolos, placas será uma maneira de expressar o que deseja falar, pois o visual ajuda muito o surdo.

- Demonstrar e ter paciência: Os surdos sentem-se valorizados quando percebem paciência e atenção com eles e isso faz com que se expressem com mais facilidade.

- Quando é o comunicador que não entende o surdo: Quando não entende o que o surdo está falando é importante demonstrar que não entendeu, pois ele tentará encontrar uma maneira para que o comunicador entenda o que deseja falar.

Outro meio de comunicação, segundo a Revista *Época* (2017) em uma reportagem mostra que a tecnologia está ajudando as pessoas com deficiência a melhorar sua qualidade de vida e comunicação. Em especial aos surdos, fala-se do aparelho chamado Librol, que ajuda o surdo a entender a comunicação escrita com software em linguagem Python com 100% de tradução e estão com planejamento futuro de que o aplicativo seja um botão, como se estivesse acoplado ao navegador, e que com apenas um comando o usuário possa traduzir do português para Libras escritas.

Percebe-se, ao longo da história um avanço com relação ao tratamento dos deficientes em geral, pois não podemos nos esquecer, que independentemente de qualquer deficiência, todo indivíduo merece ser tratado com respeito e dignidade. Lembrando, que de acordo com a Organização Mundial da Saúde, o ser humano deve ser visto na sua forma integral, ou seja,

biopsicossocial e espiritual.

4. A IGREJA CRISTÃ E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

No Egito, eram considerados como seres que se comunicavam com deuses. Para os cristãos até a idade média eram considerados como seres sem alma. Para Santo Agostinho, nasciam assim para pagar pecados cometidos pelos pais (2). Na idade média conseguem ser olhados sob a óptica médica e da ciência (3). O monge beneditino Pedro Ponce de León em 1620 funda a primeira escola para surdos em Madrid. Na França o Abade Michel de L'Épée funda em 1760 a Institution Nationale des Sourds-muets à Paris (Instituição Nacional de dos Surdos-Mudos em Paris), ela existe até hoje e se chama Institution Nationale de Jeunes Sourds de Paris (Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris).

Seguindo o “ide” (Mt 28:19) de Jesus deixada aos seus discípulos e por consequência e extensão a toda igreja até os dias de hoje, o trabalho do evangelismo é feito entre os diversos públicos, a todo tipo de gente que se disponha a ouvir a mensagem da salvação, aquele que crer será salvo, mas quem não crer será condenado (Mc16:16). Mas como crerão naquele de quem nada ouviram? (Rm.10:14) Existe um público que talvez por não ouvir, por causa de deficiência auditiva ou por surdez, conta com uma parcela muito pequena de adesão ao evangelho, e também pela característica dificuldade que encontram com a língua portuguesa, para efeito de escrita e leitura. Ademais a situação da pessoa surda tende a ser estigmatizada mesmo em grupos de igreja, pois estas não reproduzem o tipo de membros que se espera, ou seja, ouvinte e com as características comuns aos demais segundo o professor Ronaldo Manassés em sua tese de doutorado “Ecos do Silêncio: culturas e trajetórias de surdos em Macapá. Citando Gofman(1988). Segundo ainda o prof. Ronaldo Manassés essa estigmatização começa logo na família, já que não atende a expectativa de pais, irmãos e parentes de que ouça e fale como eles.

No trato com o surdo na igreja, não é suficiente a ação simples do tradutor e intérprete, é necessário por exemplo que ele tenha conhecimento das particularidades do tema e da regionalidade. Também é preciso que se esteja familiarizado com o modo de pensar do surdo. Para exemplificar apenas um detalhe passo a um relato do trabalho de Janaína Aguiar Peixoto* e Robson Lima Peixoto**, quando faziam trabalhos com léxicos na língua de sinais, neste caso o léxico *alma*

Entrevistador: O que é ALMA?

Surdo T: “Às vezes em casa quando estou usando o computador passa uma alma na minha frente. Também já aconteceu, uma vez quando eu estava no trânsito e uma alma passou na minha frente e eu quase fui atropelado.

Também já senti batendo no meu ombro e me assustei.”

Entrevistador: Você vê alma?

Surdo T: Sim. Vejo de verdade

Entrevistador: E a sua alma? Surdo T: Minha alma?! Eu não tenho alma. Só vejo almas que são como pó transparente. Eu sinto uma luz movimentando-se no escuro. Quando isto acontece, eu acendo à luz para parar de ver isto.

Diante disso, imagine-se traduzir para o surdo o salmo 146.1 - “*Louvai ao Senhor. Ó minha alma, louva ao Senhor.*”

Disse então Maria: “A minha alma engrandece ao Senhor;” [Lucas 1:46](#)

Dificuldades como essa aparecerão também com termos como salvação, Santo, Deus e outros.

Seguindo esse raciocínio, ao cantarmos “minha alma louva ao senhor” para o surdo será entendido “meu fantasma louva ao Senhor”! Por isso é um trabalho que requer cuidado e esmero, mas a primeira atitude deve ser “eis-me aqui Senhor, envia-me a mim” (Is 6:8)

5. MÉTODO

A presente pesquisa se classificará quanto à natureza como pesquisa básica, pois segundo Silva e Menezes (2001), tem como foco a aquisição de conhecimento.

Quanto à abordagem será qualitativa, porque trata de questões subjetivas com revisão de literatura, que consiste no processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimento, para obter respostas para uma determinada pergunta ou problema.

Quanto aos objetivos a pesquisa será exploratória, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica.

O material usado nesse tipo de trabalho consiste em pesquisas realizadas em livros, artigos de jornais, artigos científicos, registros históricos, relatórios, teses, dissertações entre outros. Segundo Gil (2001) a pesquisa bibliográfica, analisa as teorias acerca do tema em livros revistas, jornais, artigos e demais materiais publicados.

6. CONCLUSÕES

O presente artigo buscou demonstrar através das pesquisas feitas, o longo caminho que o povo surdo percorreu para alcançar o status de cidadão com plenos direitos. Sua característica peculiar ao longo da história lhe trouxe muita dor e sofrimento, a incompreensão de sua condição especial foi fator de impedimento tanto na educação como no acesso a fé e a religião. A história demonstra as dificuldades sofridas mas apresenta aqueles que se interessaram pelo problema e trouxeram a luz que iluminaria o caminho da inclusão do surdo. O fato que levou a essa pesquisa é a dificuldade que o cidadão surdo ainda tem em ser alcançado pelo evangelho nas igrejas.

Pudemos observar que a comunidade surda através do tempo lidou com a incompreensão e a ignorância mas que com a ação da inteligência e boa vontade de homens que não se conformaram com esta situação, foi possível desenvolver métodos de comunicação para essas pessoas, ora nos conceitos controversos do oralismo, depois com o desenvolvimento da língua de sinais, ou os os dois combinados, mas falta um caminho a percorrer o da inclusão e da conscientização que são nossos iguais.

A população surda tem conquistado avanços sem dúvida, a obrigatoriedade da legenda em peças publicitárias, (Lei 2,089 de 29/9/1998-DF), em televisão; utilização de recursos visuais para pessoas com deficiência auditiva em propaganda oficial (Lei 4304 de 07/04/2004-RJ), ainda 10.436 de 24/9/2002, 5.626 de 22/12/2005 e outras leis tão importantes quanto, contudo não basta simplesmente ter lei, é preciso aplicá-las e para aplicá-las é preciso entendê-las e dar-lhes a importância necessária.

Este artigo não pretende esgotar o assunto, ao contrário apenas levantar uma questão que é da maior importância para uma população que ao longo dos anos até os dias de hoje é estigmatizada e privada de direitos não somente legais, mas direito a entender o que é Deus, o que é cristianismo, o que é cristão. Direito de decidir se quer fazer parte do corpo de Cristo, se sim, ter o direito de ser incluso como qualquer outro membro sem distinção.

Muita coisa ainda precisa ser estudada para melhorar este relacionamento surdo-igreja, surdo-religião, surdo-Cristo. Como aspirante a teólogo, cristão e tendo tomado contato

com a realidade surda enquanto realizava um curso de tradução e intérprete de LIBRAS, não posso deixar de levantar uma questão que me sensibilizou e pelo menos, tentar incentivar outros que possam avançar e aprimorar esta pesquisa.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. R. **INCLUSÃO SOCIAL DOS SURDOS: Reflexão Sobre as Contribuições da Lei 10.436. Á Educação dos Profissionais e á Sociedade Atual.** Disponível em: Acesso em: 30 out 2018.

CARVALHO, R. **Profissão de intérprete de Libras surgiu nas igrejas cristãs.** Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=41158> Acesso em: 02/04/2018

FERREIRA, É. **Sete maneiras de melhorar a sua comunicação com os surdos.** Disponível em: <http://www.minhavida.com.br/saude/galerias/15782-sete-maneiras-de-melhorar-a-sua-comunicacao-com-os-surdos>. Acesso 20/04/2018.

FREITAS, M. S. R. **Religião e Inclusão Social: Uma análise sobre o trabalho de inclusão de surdos em igrejas cristãs de Belo Horizonte.** Disponível em: Acesso em: 30 out 2018

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OECHSLER, L. **Para que evangelizar surdo? Uma reflexão sobre a importância dessa missão.** Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/para-que-evangelizar-surdo-uma>. Acesso em: 30 out 2018

QUADROS, R. M. **Educação de surdos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REVISTA ÉPOCA. AMORIM, Daniele. **O poder da tecnologia na inclusão de pessoas com deficiência.** Disponível em: <https://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/12>. Acesso em: 24/04/2018.

SILVA, L. E.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

BÍBLIA APOLOGÉTICA DE ESTUDOS – EDIÇÃO AMPLIADA-ICP

BÍBLIA DE JERUSALÉM – PAULUS

POR SINAL <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=19&idart=542>

*JANAÍNA AGUIAR PEIXOTO - Mestre em Ciências das Religiões, Professora da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) no curso LETRAS/LIBRAS, Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

ROBSON DE LIMA PEIXOTO - Mestrando em Teologia, Especialista em LIBRAS, Licenciado em Letras/LIBRAS pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Professor da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) no curso LETRAS/LIBRAS.

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica das autoras. Autorizo também a divulgação do arquivo no formato PDF no banco de monografias da Biblioteca institucional.

Mauro.

Pindamonhangaba, novembro de 2021.

Submissão da Revista da Unifunvic

Diretrizes para Autores

Os trabalhos devem ser redigidos em português, com uso obrigatório da norma culta. Os nomes dos autores, bem como a afiliação institucional de cada um, devem ser inseridos nos campos adequados a serem preenchidos durante a submissão e devem aparecer no arquivo. A Revista Eletrônica de Ciências Humanas sugere que o número máximo de autores por artigo seja 6 (seis). Artigos com número superior a 6 (seis) serão considerados exceções e avaliados pelo Conselho Editorial que poderá solicitar a adequação. **Pesquisas feitas com seres humanos e animais devem, obrigatoriamente, citar a aprovação da pesquisa pelo respectivo Comitê de Ética, citando o protocolo de aprovação.** O não atendimento de tal proposta pode implicar em recusa de sua publicação. Da mesma forma, o plágio implicará na recusa do trabalho.

Os autores dos artigos aceitos poderão solicitar a tradução do artigo para língua inglesa aos tradutores indicados pela revista e reenviar. Os custos com a tradução serão de responsabilidade dos autores.

O periódico disponibilizará aos leitores o conteúdo digital em ambos os idiomas, português e inglês.

O uso da norma culta da Língua Portuguesa e a obediência às normas da Revista são de total responsabilidade dos autores. A não obediência a esses critérios implicará na recusa imediata do trabalho.

APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Sugere-se um número máximo de 20 páginas, incluindo referências, figuras, tabelas e quadros. Os textos devem ser digitados em **Fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, justificado, exceto Resumo e Abstract**. Devem ser colocadas margens de 2 cm em cada lado.

As Figuras: gráficos, imagens, desenhos e esquemas deverão estar inseridas no texto, apresentar boa qualidade, estar em formato JPEG, com resolução de 300dpi com 15cm x 10cm. O número de figuras deve ser apenas o necessário à compreensão do trabalho. Não serão aceitas imagens digitais artificialmente 'aumentadas' em programas computacionais de edição de imagens. As figuras devem ser numeradas em algarismos arábicos segundo a ordem em que aparecem e suas legendas devem estar logo abaixo.

Tabelas e Quadros: deverão ser numerados consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçados pelo título. As tabelas e os quadros devem estar inseridos no texto. Não serão admitidas as tabelas e quadros inseridos como Figuras.

Títulos de tabelas e quadro e legendas de figuras deverão ser escritos em tamanho 11 e com espaço simples entre linhas.

Citação no texto: deve-se seguir as Normas da ABNT (NBR 10520, 2003). As citações deverão aparecer no texto, seguidas pelo ano de publicação. As chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título podem ser: a) incluídas na sentença: sobrenome (ano). Ex.: Gomes, Faria e Esper (2006) ou b) entre parênteses: (SOBRENOME, ano). Ex.: (GOMES; FARIA; ESPER, 2006). Quando se tratar de citação direta (transcrição literal), indicar, após o ano, a página de onde o texto foi extraído. O trecho transcrito deverá estar entre aspas quando ocupar até três linhas. As citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, ser escritas com letra menor que a do texto utilizado, com espaçamento entre linhas menor do que o utilizado no texto e sem aspas. Citações indiretas de vários documentos simultaneamente devem constar em ordem alfabética (como nas referências). Citação de citação: autor citado (ano apud AUTOR, ano). Deve-se fazer a referência do autor lido. Ex.: Pádua (1996 apud FERNANDES, 2012, p. 5) salienta que “[...] pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas [...]”.

Teses, dissertações e monografias, solicitamos que sejam utilizados apenas documentos dos **últimos três anos** e quando não houver o respectivo artigo científico publicado em periódico. Esse tipo de referência deve, obrigatoriamente, **apresentar o link** que remeta ao cadastro nacional de teses da CAPES e aos bancos locais das universidades que publicam esses documentos no formato pdf.

Grafia de termos científicos, comerciais, unidades de medida e palavras estrangeiras: os termos científicos devem ser grafados por extenso, em vez de seus correspondentes simbólicos abreviados. Para unidades de medida, deve-se utilizar o Sistema Internacional de Unidades. Palavras em outras línguas devem ser evitadas nos textos em português, utilizar preferentemente a sua tradução. Na

impossibilidade, os termos estrangeiros devem ser grafados em itálico. Toda abreviatura ou sigla deve ser escrita por extenso na primeira vez em que aparecer no texto.

ESTRUTURA DO ARTIGO

PESQUISAS ORIGINAIS devem ter no máximo 20 páginas com até 40 citações; organizar da seguinte forma:

Título em português: caixa alta, centrado, negrito, conciso, com um máximo de 25 palavras;

Título em inglês (obrigatório): caixa alta, centrado. Versão do título em português;

Autor(es): O(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es) e seus títulos e afiliações à Sociedade ou Instituições. Indicar com asterisco o autor de correspondência. Ao final das afiliações fornecer o e-mail do autor de correspondência.

Resumo: parágrafo único sem deslocamento, fonte tamanho 11, espaço 1, justificado, contendo entre 150 e 250 palavras. Deve conter a apresentação concisa de cada parte do trabalho, abordando objetivo(s), método, resultados e conclusões. Deve ser escrito sequencialmente, sem subdivisões. Não deve conter símbolos e contrações que não sejam de uso corrente nem fórmulas, equações, diagramas;

Palavras-chave: de 3 a 5 palavras-chave, iniciadas por letra maiúscula, separadas e finalizadas por ponto.

Abstract (obrigatório): fonte tamanho 11, espaço 1, justificado, deve ser a tradução literal do resumo;

Keywords: a apresentação deverá ser a mesma das Palavras-chave em Português.

Introdução: deve apresentar o assunto a ser tratado, fornecer ao leitor os antecedentes que justificam o trabalho, incluir informações sobre a natureza e importância do problema, sua relação com outros estudos sobre o mesmo assunto, suas limitações. Essa seção deve representar a essência do pensamento do pesquisador em relação ao assunto estudado e apresentar o que existe de mais significativa na literatura científica. Os objetivos da pesquisa devem figurar como o último parágrafo desse item.

Método: destina-se a expor os meios dos quais o autor se valeu para a execução do trabalho. Pode ser redigido em corpo único ou dividido em subseções. Especificar tipo e origem de produtos e equipamentos utilizados. Citar as fontes que serviram como referência para o método escolhido.

Pesquisas feitas com seres humanos e animais devem, obrigatoriamente, citar a aprovação da pesquisa pelo respectivo Comitê de Ética, citando o protocolo de aprovação.

Resultados: Nesta seção o autor irá expor o obtido em suas observações. Os resultados poderão estar expressos em quadros, tabelas, figuras (gráficos e imagens). Os dados expressos não devem ser repetidos em mais de um tipo de ilustração.

Discussão: O autor, ao tempo que justifica os meios que usou para a obtenção dos resultados, deve contrastar esses com os constantes da literatura pertinente; estabelecer relações entre causas e efeitos; apontar as generalizações e os princípios básicos, que tenham comprovações nas observações experimentais; esclarecer as exceções, modificações e contradições das hipóteses, teorias e princípios

diretamente relacionados com o trabalho realizado; indicar as aplicações teóricas ou práticas dos resultados obtidos, bem como, suas limitações; elaborar, quando possível, uma teoria para explicar certas observações ou resultados obtidos; sugerir, quando for o caso, novas pesquisas, tendo em vista a experiência adquirida no desenvolvimento do trabalho e visando a sua complementação.

Conclusões: Devem ter por base o texto e expressar com lógica e simplicidade o que foi demonstrado com a pesquisa, não se permitindo deduções. Devem responder à proposição.

Agradecimentos (opcionais): O autor deve agradecer às fontes de fomentos e àqueles que contribuíram efetivamente para a realização do trabalho. Agradecimento a suporte técnico deve ser feito em parágrafo separado.

Referências (e não bibliografia): Espaço simples entre linhas e duplo entre uma referência e a próxima. A lista completa de referências, no final do artigo, deve ser apresentada em ordem alfabética e de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023, 2003). Quando a obra tiver até três autores, todos devem ser citados. Mais de três autores, indicar o primeiro, seguido de et al. Alguns exemplos:

Artigo publicado em periódico:

LUDKE, M.; CRUZ, G. B. dos. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005.

Artigo publicado em periódico em formato eletrônico:

SILVA JUNIOR, N. A. da. Satisfação no trabalho: um estudo entre os funcionários dos hotéis de João Pessoa. **Psico-USF**, Itatiba, v. 6, n. 1, p. 47-57, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Livro (como um todo)

MENDONÇA, L. G. et al. **Matemática financeira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Capítulo de livro

MARTÍN, E.; SOLÉ, I. A aprendizagem significativa e a teoria da assimilação. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.(Org.).

Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. cap. 3, p. 60-80.

ARTIGOS DE REVISÃO

Poderão ser aceitos para submissão, desde que abordem temas de interesse, atualizados. Devem ser elaborados por pesquisadores com experiência no campo em questão ou por especialistas de reconhecido saber. Devem ter até 20 páginas, incluindo resumos, tabelas, quadros, figuras e referências. As tabelas, quadros e figuras limitadas a 06 no conjunto, devem incluir apenas os dados imprescindíveis. As figuras não devem repetir dados já descritos em tabelas. As referências bibliográficas devem ser limitadas a 60. Deve-se evitar a inclusão de número excessivo de referências numa mesma citação.

Devem conter: título em português e inglês, autores e afiliações, resumo e abstract (de 150 a 250 palavras), palavras-chave/keywords, introdução, método (como nos artigos de pesquisas originais) considerações finais (neste item serão retomadas as diferentes colocações dos autores estudados de maneira a conduzir a um fechamento, porém, não havendo conclusões definitivas), agradecimentos (caso necessário), referências.

Ou, em caso de artigos de revisão de literatura contendo metanálise, depois do item método deverá ser apresentado o item resultados (contendo a metanálise) e as conclusões.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de direito autoral

Os autores devem revisar o trabalho antes de enviá-lo, autorizando sua publicação na Revista Eletrônica de Ciências Humanas.

Devem declarar que:

Nem o trabalho, nem outro substancialmente semelhante em conteúdo, já tenham sido publicados ou está sendo considerado para publicação em outro periódico, no formato impresso ou eletrônico, sob sua autoria e conhecimento; o referido trabalho está sendo submetido à avaliação com a atual filiação dos autores; os autores ainda concordam que os direitos autorais referentes ao trabalho se tornem propriedade exclusiva da Revista Eletrônica de Ciências Humanas desde a data de sua submissão. No caso de a publicação não ser aceita, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada.

Todas as afiliações corporativas ou institucionais e todas as fontes de apoio financeiro ao trabalho estão devidamente reconhecidas.

Por conseguinte, os originais submetidos à publicação, deverão estar acompanhados de Declaração de Direitos Autorais, conforme modelo:

DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Nós, abaixo-assinados, transferimos todos os direitos autorais do artigo intitulado (título) à Revista Eletrônica de Ciências Humanas.

Declaramos ainda que o trabalho é original e que não está sendo considerado para publicação em outra revista, quer seja no formato impresso ou no eletrônico. Certificamos que participamos suficientemente da autoria do manuscrito para tornar pública nossa responsabilidade pelo conteúdo. Assumimos total responsabilidade pelas citações e referências bibliográficas utilizadas no texto, bem como pelos aspectos éticos que envolvem os sujeitos do estudo.

Data:

Assinaturas

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.